

Constituinte encerra hoje votação do 1º turno

Ulysses quer assumir Presidência após plenário apreciar as dez últimas emendas às Disposições

O primeiro turno de votação do texto da nova Constituição terminará hoje, provavelmente pela manhã. A previsão foi feita pelo secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso Martins de Oliveira, logo após o encerramento da sessão de ontem, quando o presidente Ulysses Guimarães convocava para as 9h de hoje a que poderá ser a última sessão do primeiro turno.

Restam apenas dez emendas para serem votadas e, delas, só duas são consideradas polêmicas. Elas estendem o prazo para as mineradoras estrangeiras adaptarem-se às exigências de nacionalização fixadas no primeiro turno e evitam que se anu-

lem de imediato as concessões ainda não exploradas pelas empresas a que foram dadas.

Agora, abre-se o prazo para que o deputado Bernardo Cabral dê nova redação ao texto. Caso não se consiga concluir o primeiro turno na sessão que começa pela manhã, uma nova sessão será convocada para a tarde, já sem a presença do deputado Ulysses Guimarães, que assume a Presidência da República. Essa hipótese, porém, é considerada improvável: Ulysses reúne condições para forçar a votação e completar o turno antes da partida do presidente Sarney para a China.

Cabral apressa 2º turno

A Mesa da Constituinte resolveu adiar para hoje a distribuição do pacote das regras que irão disciplinar as votações do 2º turno, já que ontem ainda se estudava a possibilidade de redução dos prazos que compoem o novo calendário. O relator Bernardo Cabral (PMDB/AM), que teria sete dias para apresentar o texto aprovado, garante fazê-lo em apenas dois, uma vez que o trabalho está bem adiantado. Ele perderia ainda dois dias do prazo que lhe é destinado para elaboração do parecer sobre as emendas desta nova fase.

Quanto às regras de encaminhamento da votação, o professor Miguel Reale Júnior — assessor jurídico da presidência da Constituinte — anunciou que o presidente Ulysses Guimarães voltou atrás, e permitirá os destaques simples. Cada parlamentar terá o direito de destacar suas quatro emendas para serem votadas individualmente. As que não forem destacadas serão votadas em dois blocos, um envolvendo todas as emendas que tiverem parecer contrário pelo relator, e o outro pacote contendo as matérias que receberam parecer favorável.

— Na prática, não muda nada. O texto será votado na ordem normal e ninguém sairá beneficiado ou prejudicado. Será apenas uma fórmula para agilizar as votações, sem que os constituintes se sintam prejudicados. Eu até propus que fossem permitidos apenas dois destaques por constituinte, o que reduzi-

ria a votação pela metade. Mas o Doutor Ulysses achou que ia ter muita reclamação e resolveu permitir os quatro destaques — disse Reale.

RECESSO

A partir de amanhã, até o dia 31 de julho, os servidores da Câmara e Senado têm direito ao recesso, pelas normas do Congresso. Mas ontem líderes dos partidos recolheram assinaturas para encaminhar ao presidente do Congresso, Humberto Lucena, um abaixo-assinado onde pedem a antecipação do fim do recesso para o dia 17, convocando os funcionários extraordinariamente a partir do dia 18 de julho.

Assim, o recesso coincidiria com o intervalo previsto entre o 1º e o 2º turno, quando já se sabe que os constituintes retornarão às suas bases eleitorais. "A Constituinte não vai parar, então não tem sentido se avaliar este recesso. Todos nós estamos ansiosos para ver os nossos trabalhos terminados o mais rápido possível", argumentou o líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro.

No Senado, o líder do PMDB, Ronan Tito, já havia conseguido mais de 50 assinaturas para requerer a convocação extraordinária dos funcionários. A partir do dia 18 de julho, se ainda não estiverem marcadas sessões da Constituinte para o início da votação em 2º turno, o presidente Humberto Lucena poderá convocar sessões do Congresso para desafogar a pauta existente.

No segundo turno de votações na Constituinte serão apreciadas duas emendas supressivas — do deputado Rubem Medina (PFL-RJ), retirando do texto constitucional toda e qualquer referência à eleição de dirigentes da Câmara e do Senado — que seria matéria regimental — e, do deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), levantando a proibição de reeleição do presidente e demais membros da Mesa para o mesmo cargo.

Na expectativa de que não haverá a reeleição de Ulysses, são candidatos presidente da Câmara no período 89/90 os deputados Paes de Andrade (CE), Bernardo Cabral (AM), Roberto Cardoso Alves (SP) e Paulo Mincarone (RS), todos do PMDB.

Divisão do Rio é rejeitada

O Rio de Janeiro continua unido. Apesar dos esforços dos deputados José Maurício (PDT-RJ), Adolfo de Oliveira (PL-RJ) e José Carlos Coutinho (PL-RJ), a Constituinte decidiu rejeitar por 330 a proposta de des fusão da Guanabara do Estado do Rio. Apenas 81 parlamentares votaram favoráveis à emenda, que propunha a realização de um plebiscito entre os eleitores dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, que se pronunciariam a favor ou contra a separação. O plebiscito seria realizado no próximo dia 15 de novembro, juntamente com as eleições municipais.

Foram vários os argumentos que um dos autores da emenda, o líder Adolfo de Oliveira, utilizou sem êxito, para convencer a Constituinte a aprovar o plebiscito. Lembrou, por exemplo, que no passado a Guanabara, com recursos financeiros edificou grandes obras e contava com grandes administradores e que o Estado do Rio mantinha a tradição de 140 anos de história e progresso. "Com a fusão houve uma redução violenta dos recursos e da representatividade política. Hoje a Guanabara é uma prefeitura falida e o Rio um Estado abandonado e esquecido".

A deputada Sandra Cavalcanti, considerou o plebiscito inconveniente por entender que a fusão dos dois Estados agora é que começaria a render lucros

com os artigos aprovados pela Constituinte.

FRONTEIRAS

Além das redivisões territoriais a serem estudadas por uma comissão criada exclusivamente para isso, as fronteiras dos estados e municípios poderão sofrer leves alterações, com o objetivo de atender melhor a acidentes naturais, critérios históricos, conveniências administrativas e comodidade das populações fronteiriças.

A proposta, fruto de uma fusão de emendas apoiada por todas as lideranças, foi votada sem polêmica e aprovada por 378 votos a favor e apenas quatro votos contrários. O texto prevê, ainda, que estados e municípios podem solicitar à União que se encarregue dos trabalhos demarcatórios.

TOCANTINS

O Estado do Tocantins foi aprovado ontem pela Constituinte. Pelo projeto a nova federação terá uma legislação eleitoral própria, elegendo seus representantes ainda esse ano. Todos eles, desde o governador até os senadores terão um mandato reduzido, para que as próximas eleições possam coincidir. A instalação do Tocantins deverá se dar no mesmo dia da posse dos eleitos, prevista para 1º de janeiro de 89. A fusão de emendas aprovada ganhou co-autoria de toda a bancada goiana.

JULIO ALCANTARA



Arolde de Oliveira (em primeiro plano) briga com Inocêncio (de costas), o líder de seu partido, o PFL

Deputados trocam soco pelo jogo

Uma briga por causa de jogo ou um "riffifi parlamentar", como disse o deputado José Genoino (PT-SF), aconteceu ontem à noite no plenário entre o evangélico Arolde de Oliveira (PFL-RJ) e o vice-líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE).

O primeiro tumulto aconteceu às 20h50m, quando ao orientar a bancada sobre a votação da emenda que permitia a liberação dos cassinos, o líder Inocêncio Oliveira disse que seu voto era favorável, mas deixava em aberto a decisão dos parlamentares do PFL. Sem que ninguém entendesse o que estava acontecendo, o que se viu logo em seguida foi o deputado Inocêncio Oliveira tentando dar um soco em Arolde de Oliveira. Os dois foram separados e a votação continuou.

Depois que a emenda já havia sido rejeitada e tudo parecia calmo, o plenário foi novamente agitado com Inocêncio tentando acertar com socos o seu colega Arolde de Oliveira. Mais uma vez ele não conseguiu acertá-lo, mas tumultuou a sessão. "Calma, calma", pediu o presidente Ulysses Guimarães.

AGRESSÃO

Depois, passado o susto, Arolde deu a sua versão. Disse que apenas perguntou a Inocêncio Oliveira como havia encaminhado o seu voto. "Não é dá sua conta", teria respondido o líder, partindo para a agressão. Na segunda discussão, Arolde disse que foi apenas pedir desculpas, mas o líder também não entendeu. Ninguém saiu machucado. Foi só um riffifi, como disse o deputado José Genoino.

Servidor público com 5 anos será estável

As 9h da noite, com uma votação em ritmo de toque de caixa, os constituintes aprovaram quase por unanimidade o chamado trem da alegria, que garante estabilidade aos atuais servidores públicos civis da União, dos estados, Distrito Federal e municípios, da administração direta ou autárquicas, que na data da promulgação da nova Constituição, contem pelo menos cinco anos de serviço público ininterruptos, exceto nas fundações.

A esse trem da alegria, juntou-se ainda outro, menor numericamente, que garante aos delegados de polícia equiparação salarial com os promotores públicos. Para contrabalançar, a fusão de emendas aprovadas em bloco acabou com a estabilidade, a partir da promulgação da nova Carta, a todos os servidores admitidos sem concurso público. Também não são considerados estáveis os servidores públicos ocupantes de cargos, funções e empregos de confiança ou em comissão, nem aos que a lei declare de livre exoneração.

A votação desses textos apresentou um resultado quase unânime: 385 constituintes votaram sim, seis votaram não e quatro se abstiveram. Dentre os artigos que foram aprovados, encontram-se ainda o que remete para Lei Federal, Estadual e Municipal a definição de critérios para que possam compatibilizar seus quadros de pessoal, conforme prevê o artigo 45, parágrafo segundo das disposições permanentes da Constituição e a Reforma Administrativa; e o que assegura aos defensores pú-



blicos o direito de optar pela carreira.

NOVO BLOCO

Interessado em fazer avançar a votação ontem à noite, deixando o mínimo possível de matérias para hoje, o presidente Ulysses Guimarães aceitou proposta de votação em bloco de mais três fusões, juntando de uma só vez assuntos diversos como regulamentação das eleições do novo Estado do Tocantins, anistia dos débitos para com a receita tributária e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural — Senar.

Outra vez, quase por unanimidade — 367 votos sim, um não e 11 abstenções — o plenário da Constituinte aprovou os textos contidos nas três fusões, que só para serem lidos gastaram mais de 15 minutos de precioso tempo do deputado Ulysses Guimarães. Para que isso pudesse acontecer, o deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) concordou em retirar emenda de sua autoria que isentava do pagamento de direito autoral as gravações e reproduções de músicas sacras cujos textos fossem bíblicos. Era o único ponto discordante.

Assim, mais uma vez, o deputado Siqueira Campos

(PDC-GO) pôde manifestar de forma hilariante a aprovação dos artigos que regulamentam as eleições no novo Estado do Tocantins. O governador, vice-governador, deputados estaduais e senadores serão eleitos em um único turno, até 75 dias após a promulgação da nova Constituição e não antes de 15 de novembro.

Pelo texto aprovado, foi também concedida anistia dos débitos para com as fazendas tributárias Federal, Estadual e Municipal. Além disso, ficou criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e descartada de vez qualquer possibilidade de se regulamentar, via Constituinte, a situação do Governo do Distrito Federal. A emenda da deputada Mariuze Pinto (PTB-PR), que previa a figura do governador pro tempore para os Territórios de Roraima e Amapá, não incluiu o Distrito Federal, conforme havia sido discutido anteriormente. Portanto, quando o novo Presidente da República, eleito, assumir, não terá como nomear o próximo governador do DF. E a polêmica continua: ou a questão será resolvida via tribunais ou se aplica a velha norma de indicaç-ao de um interventor.

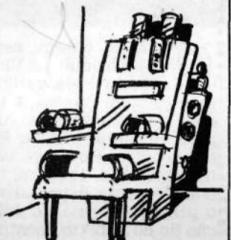
O plenário também decidiu fixar em 10 anos o prazo para que os estados e municípios liquidem suas dívidas com a Previdência, isentos de juros e multas. Os débitos relativos a contribuições previdenciárias dos executivos estaduais e municipais serão corrigidos e atualizados e o pagamento poderá ser feito em até 120 parcelas.

Pena de morte é enterrada

O plenário frustrou, ontem pela manhã, a última esperança do deputado Amaral Netto (PDS-RJ) de ver aprovada sua principal bandeira na Constituinte: a pena de morte, desta vez a ser decidida através de plebiscito popular. Depois da derrota da pena de morte sucessivas vezes desde o início dos trabalhos constitucionais, Amaral apelou para a fórmula do plebiscito na tentativa de aprovar a tese, mas nem assim conseguiu sensibilizar o mínimo de 280 constituintes necessários: num quorum razoável de 438, o plebiscito para a pena de morte recebeu apenas 218 votos favoráveis e 210 contrários.

Amaral Netto havia proposto a realização do plebiscito cento e vinte dias após a promulgação da nova Constituição, e até este prazo ele ampliou para tornar a proposta mais simpática, marcando nova data para 9 de abril do próximo ano. Ao defender a proposta, Amaral Netto, com sua característica eloquência, pediu perdão ao plenário por haver apresentado antes a emenda para adoção da pena de morte sem consulta popular e argumentou que o plebiscito serviria para levar à sociedade a discussão sobre a violência.

— Serão nove meses e meio de debates nacionais, em que se vai politizar o povo, levar para as ruas um problema que



pode até gerar soluções novas, diferentes da pena de morte. Quem votar o plebiscito não estará votando pena de morte — lembrou Amaral Netto várias vezes.

O deputado José Genoino, contrário à proposta, encaminhou argumentando que o problema fundamental em discussão não era o princípio da consulta popular através de plebiscito, mas a pena de morte. "O senso comum da população tem a tendência de transferir o mal para a vítima, que é ela própria, e certamente vai aprovar a pena de morte num plebiscito", disse Genoino.

O deputado petista lembrou, ainda, que a criminalidade não diminuiu nos países em que a pena de morte foi adotada, acrescentando que ela pode dar margem a muitas injustiças. "Não existe tribunal infalível". As lideranças de todos os partidos de esquerda fizeram coro a Genoino, encaminhando contra a emenda.

Plenário não aposta no jogo

O plenário da Constituinte decidiu não apostar no Brasil e rejeitou duas propostas que visavam a legalização de jogos de azar para o desenvolvimento da atividade turística nacional. Há duas semanas os autores das emendas que objetivavam legalizar os jogos dos cassinos se pronunciavam da tribuna para pedir: "Vamos apostar no País!". Ontem, porém, mesmo com uma fusão que só marcava um prazo para a discussão da matéria pelo Congresso Nacional, a tese foi derrubada, por falta de nove votos, 271 sim, 118 não e 14 abstenções.

O deputado Caio Pompeu (PMDB/SP) defendeu a proposta da fusão de votar, em um ano depois da promulgação da Constituição, lei sobre a matéria do Decreto 9215/46, que extinguiu os cassinos no País. Para ele, esta legislação está ultrapassada e não atende mais aos interesses nacionais. Mesmo assegurando que a fusão não tinha como objetivo legalizar os cassinos, mas só marcar data para a discussão do assunto, ele lembrou dos benefícios que traria esta atividade para o Brasil.

Segundo ele, em dois anos o Brasil ganharia um bilhão de dólares com a atividade, além de gerar muitos empregos. Garantiu também que não havia qualquer interesse pessoal dos autores da fusão sobre esta matéria. "Entre Aloysio Teixeira, Alexandre Puzina e Evaldo Gonçai-



ves, existe um que nem sequer joga, que é o Puzina", disse ainda.

"Esta fusão saiu pior que a emenda original", advertiu o deputado Miro Teixeira (PMDB/RJ) ao atacar a proposta. "Ela estabelece um prazo e condições para se discutir o jogo no Congresso Nacional. Mas eu não vejo nas Disposições Transitórias qualquer dispositivo propondo discussão sobre a lei de greve, a lei de imprensa, a CLT ou a lei de segurança nacional", disse ainda.

Na sequência, foi rejeitada por 202 votos contra, 144 a favor e 23 abstenções a proposta do deputado Gerson Peres (PDS/PA) que legalizava o jogo do bicho. Ele chegou à tribuna desafiando o plenário: "Quero testar hoje os homens desta Casa: se são a favor da corrupção que se instalou nos estados e municípios em volta do jogo do bicho". Contraditando seus argumentos, o senador Marco Maciel disse que atrás desta atividade se esconde o tráfico de drogas, que iriam crescer com a legalização do jogo.